



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

1. Identificação da Reunião

Data e Hora	Local	Coordenadora
21/11/2023 09h00	Videoconferência Plataforma Zoom	Erika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito

2. Pauta da Reunião

Assunto
<ul style="list-style-type: none">Análise da realização do Grupo de Estudos;Implementação das Campanhas Temáticas aprovadas na primeira reunião;Minicurso de Direitos Humanos;Proposta da Aline Leonardo sobre a linguagem simples.

3. Membros do Comitê de Acesso à Justiça

Nomes e cargo
<ul style="list-style-type: none">Erika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito;Lídia de Assis e Souza, Juíza Auxiliar da PresidênciaMônica César Moreno Senhorelo, Juíza de Direito;Wander Soares Fonseca, Juiz de Direito;Roberta Nasser Leone, Juíza de Direito;André Rodrigues Nacagami, Juiz de Direito;Loyanne Verdussen de Almeida, Escrivã Judiciária I;Daiane Mendes Pereira Torres, Auxiliar Judiciária;Leonardo Pereira Martins, Assessor Jurídico de Desembargador;Julianne Brito Cardoso, Auxiliar Judiciária;Guilherme Feler de Paula Fraga, Assessor de Juiz de Direito;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

- Elaine Cristina Abrantes dos Santos, Escrevente Judiciária I;
- Eunice Machado Nogueira, Coordenadora Administrativa da EJUG;
- Luana Corrêa Pedrosa, Secretária de Diretoria do Foro;
- Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Coordenador da Central Única de Contadores -CUC;
- Aline Leonardo, Assessora de Imprensa;
- Emerson Rodrigues de Oliveira, Analista Judiciário;
- Débora Dias Bastos; Secretária de Diretoria do Foro;
- Isabella Regina Serra Brito Mesquita, Analista Judiciária;
- Luciano Francisco de Oliveira, Assessor de Juiz de Direito.

4. Ata

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (21/11/2023), às 09h00min, por meio da plataforma Zoom, realizou-se reunião do Comitê de Acesso à Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Presidiu a sessão a juíza de direito Erika Barbosa Gomes Cavalcante, coordenadora do Comitê, estando presentes os membros do comitê, Roberta Nasser Leone, Daiane Mendes Pereira Torres, Leonardo Pereira Martins, Débora Dias Bastos, Luana Corrêa Pedrosa, Julianne Brito Barroso, Isabella Brito, Marcelo de Jesus Rosa Pereira e Emerson Rodrigues de Oliveira. A Coordenadora deste Comitê **abriu a reunião** e iniciou o primeiro assunto da pauta, que foi a viabilidade da realização do Grupo de Estudos, sendo que explicou acerca dos critérios que são exigidos pela EJUG para a prática. Expôs ainda que pelo acúmulo de atribuições no momento não consegue ser coordenadora do Grupo e salientou a importância do engajamento e comprometimento de todos os participantes. Foi sugerido também pela coordenadora a criação de módulos acerca do tema de acesso à justiça dentro dos outros comitês que já possuem Grupo de Estudo. A coordenadora sugeriu ainda que fosse proposto a ENFAM e a EJUG a estruturação de um curso de formação com 40 horas e não Grupo de Estudos. Prosseguindo, a integrante Julianne Brito Cardoso apresentou a sugestão de realizar cursos menores de 05 a 10 horas por módulos, abordando as temáticas e trabalhando com grupo interno e externo como forma de maior alcance e sugeriu que seja trabalhado as formas de solução de conflitos, por meio do microlearning e a da pílula do conhecimento que têm como objetivo proporcionar conhecimento de forma rápida e acessível, porém cada uma com sua particularidade. Enquanto o microlearning



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

foca na entrega de pequenas unidades de conteúdo para aprendizagem prática como módulos, a pílula do conhecimento abrange diversos formatos de conteúdo curto e de fácil consumo, permitindo que o aprendizado seja incorporado na rotina diária de forma flexível e gradual como exemplo *Podcast*. Prosseguindo, para a próximo tópico, acerca do Minicurso de Direitos Humanos pela UFG, a integrante Débora Dias Bastos explicou que o grupo de organização dos cursos está passando por uma reestruturação e que será lançado novo edital dispondo acerca dos prazos e da forma, sendo que, por ora, não é possível realizar quaisquer atividades. Após, a coordenadora avançou para o tema proposto pela integrante Aline Leonardo acerca da linguagem simples, tendo como possibilidade, dar nome social para funções existentes no Tribunal, possibilitando melhor entendimento ao público. Em seguida, a coordenadora sugeriu a ideia de tentar uma parceria com a televisão para fazer um quadro com objetivo de explicar e dar conhecimento ao público dos serviços dispostos pelo Tribunal de Justiça. O integrante Leonardo Pereira Martins propôs a criação de um *Instagram* para o Comitê, sendo que a coordenadora e a integrante Roberta expuseram que a princípio seria mais viável a criação de conteúdos para envio de publicação no *Instagram* do Tribunal de Justiça já existente. A integrante Daiane Mendes sugeriu que por ora o Comitê foque mais na questão da mídia e que a realização do Grupo de Estudos aconteça posteriormente. O integrante Marcelo de Jesus sugeriu a ideia de se criar *Podcasts* com os assuntos que envolvam o tema de acesso a justiça. Após, a coordenadora colocou em votação a questão de se manter o Grupo de Estudos, sendo que os integrantes Leonardo Pereira Martins e Julianne Brito Barroso votaram que sim e os demais não. Prosseguindo, colocou também em votação, a questão da abordagem midiática, sendo que todos os integrantes presentes concordaram com a realização. O integrante Emerson Rodrigues de Oliveira propôs a realização de eventos on-line, inclusive se dispondo a ser o palestrante. A integrante Daiane Mendes expôs a ideia de que se houver a realização dos *Podcasts* pode ter a participação de pessoas que abordem o tema de acesso a justiça que seriam trabalhados nos cursos, sendo que sua sugestão foi colocada em votação pela Coordenadora e todos os integrantes presentes concordaram com a proposta. Assim, encaminhando-se para o encerramento, ficou ajustado: **1. A proposta do Grupo de estudos** será reanalisada no 2º semestre do ano de 2024; **2. Aprovada a ideia de produzir conteúdos em redes sociais** (podcast, televisão, instagram). Essa proposta será verificada e construída com a Aline Leonardo, assessora de imprensa do TJGO. **3. Aprovada a proposta do Emerson de realizar evento on-line** (será



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

adaptada para a ideia 2); **4. Justiça Itinerante:** Todos do Comitê de Acesso à Justiça estão convidados a participar e a desenvolver ações nesse espaço. Quando o Presidente aprovar o calendário de 2024, será divulgado no WhatsApp para vocês. **Marcelo** já se voluntariou e manifestou interesse em desenvolver ação relacionada à acesso à justiça e custas. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 10h30min, e eu, Luana Corrêa Pedrosa, Secretária do Comitê de Acesso à Justiça, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pela Coordenadora do comitê.

5. Arquivo Fotográfico



Erika Barbosa Gomes Cavalcante
Juíza de Direito e Coordenadora do Comitê de Acesso à Justiça